

## Lino Guedes: imprensa e folhetim negro na década de 1920<sup>1</sup>

Eduardo de Assis Duarte \*

Negro preto cor da noite  
Nunca te esqueças do açoite  
que cruciou tua raça.

Em nome dela somente  
faze com que nossa gente  
um dia gente se faça!

Negro preto, negro preto  
sê tu homem direito  
como um cordel posto a prumo!

É só do teu proceder  
que por certo há de nascer  
a estrela do novo rumo!

Lino Guedes

Liberta dos condicionamentos essencialistas com que era apresentada no passado, a formulação das identidades configura-se no pensamento contemporâneo como vinculada estreitamente à produção de discursos. Após o vendaval epistemológico dos anos de 1960-1970 e a emergência política das chamadas minorias, cada vez mais se compreende a identidade como forjada ideologicamente nos processos sociais de identificação. Já que ninguém nasce pronto e acabado na íntegra, somos não o que pensamos ser, mas o que fazemos e o que dizemos de nós mesmos, dos outros e do mundo. Nesse contexto, torna-se instigante e necessário refletir sobre o papel exercido pelos jornais da causa negra, do início do século passado, como formuladores discursivos no processo de construção de um perfil identitário e comportamental para os brasileiros afro-descendentes. Eram órgãos pequenos, de parcas tiragens, mas ligados via de regra a movimentos de arregimentação dos remanescentes de escravos, na difícil trajetória de integração à sociedade de classes. Tinham como bandeira o combate à discriminação e a elevação moral, social e econômica do vasto contingente oriundo do regime escravocrata e abandonado à própria sorte no longo período que se segue ao *day after* da abolição – o 14 de maio de 1888.

Apesar de ausentes da historiografia voltada para a imprensa no Brasil, jornais como *A Liberdade*, *Sentinela*, *O Kosmos*, *Getulino*, *O Clarim*, *O Clarim D'Alvorada*, *Elite* ou *O Patrocínio*, apenas para citarmos alguns editados no Estado de São Paulo na década de 1920, fazem eco a uma jovem tradição que compõe-se de iniciativas anteriores, como *O Baluarte*, surgido em Campinas em 1904, tradição esta voltada para a inserção do negro na cidadania social pela via de sua incorporação ao universo da cultura letrada. Fazer do excluído um leitor para, quem sabe, vê-lo amanhã escrevendo e exercendo seus direitos – este o desafio

<sup>1</sup> Registro aqui minha dívida (e minha gratidão) para com a historiadora Júnia Salles, pela inestimável ajuda no acesso aos jornais mencionados neste trabalho, além de outras indicações da maior relevância para a pesquisa. Agradeço ainda à professora Conceição Flores pela referência ao Alvará encontrado na Torre do Tombo. Texto extraído do livro *Literatura, política, identidades*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2005.

assumido pelos intelectuais negros que viam no letramento o passaporte para a inclusão social. Dentro desse escopo, nada mais apropriado que o jornal, com seu charme de modernidade e leveza, passatempo e informação. Desse universo, tomo um exemplo a fim de explorar as relações entre imprensa, literatura e o campo identitário.

Entre 1923 e 1926, circulou em Campinas o semanário *Getulino*, autoproclamado “órgão de defesa dos interesses dos homens pretos”. De propriedade dos irmãos Andrade, tinha como redator-chefe Lino Guedes<sup>2</sup>, então um iniciante no mundo das letras, e como redator-secretário Gervásio de Moraes<sup>3</sup>. Miriam Nicolau Ferrara destaca o jornal campineiro como órgão por meio do qual “se iniciam, efetivamente, na imprensa negra as reivindicações que irão prosseguir até 1937”. E acrescenta: “a imprensa negra combativa surge em Campinas por tratar-se de uma cidade mais racista do que a de São Paulo, onde as pressões contra o negro eram fortes”. (FERRARA, 1985, p. 201).

O nome do periódico remete de imediato a Luís Gama e a suas *Trovas burlescas*, cuja primeira edição é de 1859. Como se sabe, Getulino é o pseudônimo utilizado pelo poeta para publicar suas sátiras, e, em edições posteriores, acabou transformado em personagem e incorporado ao próprio nome do livro: a partir desse suplemento de leitura, as *Trovas burlescas de Getulino* vão edificando a figura do poeta afro-descendente que, por intermédio de uma dicção e, mesmo, de toda uma discursividade calcada no popular e voltada especificamente para ser o lugar da fala do *outro*, assume a etnicidade reprimida, clamando contra o preconceito dos ditos brancos e o branqueamento alienado dos mestiços. Alçado assim a porta-voz, o vate negro passa a ser a voz dos que não tem voz – aquele que fala *no* e *pelo* coletivo. Ao longo do século XX, a figura de Luís Gama torna-se emblema do movimento negro, sendo objeto de homenagens e estudos, dentre os quais destacamos *Luís Gama e sua individualidade literária*, de autoria de Lino Guedes e publicado pelo autor em São Paulo, no ano de 1924.

Deste modo, já no próprio título, os jovens editores campineiros inscrevem não apenas a homenagem a um dos fundadores da literatura afro-brasileira mas, por outro lado, assinalam sua condição de leitores conscientes de seu papel pedagógico na democratização da cidade das letras, em especial no que tange à presença da população afro-descendente. No caso, trata-se de destacar, junto com a “defesa dos homens pretos”, o vínculo entre a literatura e a luta contra o preconceito racial. Num de seus artigos mais eloqüentes, assim se expressa o redator-chefe:

Foi a 29 de julho do ano pretérito que se fundou entre nós o “Getulino.” Há um ano que seus fundadores, cheios de entusiasmo pela idéia que lhes nascera no cérebro criador, resolveram levar até o fim tão alevantada aspiração: *emancipar moralmente seus irmãos*, que outrora escravizados, embrutecidos, abjetos, não podiam dar cumprimento ao sublime imperativo da caridade bíblica, *Resurge et ambula* [...]. O *Getulino* é como um *clarim marcial*, a nossa

<sup>2</sup> Lino Guedes notabilizou-se por sua atuação na imprensa negra dos anos de 1920 e de 1930. Como poeta, publicou *O canto do cysne preto* (1926); *Ressurreição negra* (1928); *Black* (1928); *Negro preto cor da noite* (1932); *Urucungo* (1936); *O pequeno bandeirante* [s. d.]; *Mestre Domingos* (1937); *Sorrisos do cativo* (1938); *Vigília do Pai João* (1938); *Dictinha* (1938); *Suncristo* (1950); e *Nova inquilina do céu*. (1951). Fontes: MENEZES (1969) e COUTINHO E SOUSA (2001).

<sup>3</sup> Gervásio de Moraes atuou também em outros órgãos da imprensa negra. E deixou publicado o volume de contos *Malungo* (1943). Fonte: GOMES (1977).

gente tocando a reunir. [...] Nova campanha vai ser iniciada, nova luta contra o indiferentismo dessa gente que parece algemada e incapaz de progresso, que parece desconhecer por completo o que de *belo e sublime há no alfabeto*. (GUEDES, 1924, grifos nossos).

O texto não deixa dúvidas quanto ao papel idealizado pelos jovens intelectuais negros em sua incursão pela imprensa alternativa. Seu projeto consiste em nada menos que liderar a “emancipação moral” dos afro-descendentes, e a imagem do clarim é suficientemente explícita a esse respeito. Note-se, no entanto, que a missão moralizante se apóia na sedução da palavra impressa: o “belo” e o “sublime” da língua pátria utilizados, a favor da causa, o que significa que, para eles, o fator cultural tem um peso e um papel de relevo no lento trabalho de assunção da cidadania. Com efeito, o *Getulino* reproduz a feição de outros jornais da época, trazendo o texto literário em meio às notas sociais, comentários os mais diversos, notícias de interesse da comunidade, referências a fatos históricos e editoriais marcados por exortações de cunho político ou moral. Assim, além de colocar a literatura do protesto negro como marca de origem, o jornal se abastece de crônicas, poemas, crítica literária e mesmo de um pequeno romance publicado em trechos.

### O Folhetim do *Getulino*

Para o presente trabalho, interessa-me abordar justamente este último. No caso, a narrativa intitulada *A boa Severina*, que ocupou a seção “Folhetim do *Getulino*”, durante quarenta e oito semanas, entre agosto de 1923 e setembro de 1924. Tendo como subtítulo *Cenas do cativo*, o romance traz como indicação de autoria o nome de José de Nazareth, ao que tudo indica um pseudônimo utilizado por Lino Guedes.<sup>4</sup>

Ao adotarem a publicação do folhetim, os jovens editores do *Getulino* inscrevem-se numa tradição centenária na imprensa brasileira. Ao longo do século XIX, praticamente todos os nossos escritores, Alencar e Machado à frente, freqüentaram as páginas dos jornais. A febre do romance romântico, utilizado como peça importante da indústria literária e jornalística, fez com que Machado traduzisse *Os trabalhadores do mar*, de Victor Hugo, em 1866, mesmo ano do lançamento na França. Longe de ser mero ornamento, a narrativa folhetinizada teve fundamental importância na fixação do hábito de leitura e, conseqüentemente, na viabilização comercial da imprensa escrita.

A partir das primeiras décadas do século XX, as histórias de amor e aventuras foram cedendo espaço à crônica até se transferirem para o rádio e, mais tarde, tornarem-se os carros-chefes da programação televisiva. Entretanto, sua presença nos rodapés dos diários marcou época e não apenas na imprensa tida como comercial. As “tiras” contendo histórias interrompidas, às vezes de forma brusca, fizeram-se presentes tanto nos incertos jornais da imprensa anarquista, quanto nos

---

<sup>4</sup> Esta é uma questão ainda em aberto, dada a escassez de informações sobre o autor. Outra dúvida ainda não de todo esclarecida envolve a data de nascimento de Lino Guedes. Para Oswaldo de Camargo (1986, 1987), o autor nasceu em 24/06/1897. Já para Raimundo de Menezes (1969), Eduardo de Oliveira (1998) e Zilá Bernd (1992), Guedes teria nascido em 23/07/1906, informação confirmada pelo catálogo da Biblioteca Mário de Andrade. Estando correta esta última data, o autor teria assumido a chefia de redação do *Getulino* (e também a escrita de *A boa Severina*, caso se confirme o pseudônimo) com apenas dezessete anos, o que parece improvável e, mesmo, inverossímil.

da causa negra, a exemplo de *O Kosmos*, órgão paulista que, em janeiro de 1924, inicia o folhetim *A família escrava*, de Pedro Ribeiro Vianna. Além disso, a estética do *roman-feuilleton* faz-se presente na ficção voltada para o grande público, como nos livros de Jorge Amado da fase engajada e mesmo depois de *Gabriela cravo e canela*. Acredito que esta estética ajudou em muito na constituição de um público consumidor para a literatura brasileira do século XX.<sup>5</sup>

No caso do *Getulino* e da narrativa de *A boa Severina*, o projeto implícito ao texto é o de expor as mazelas da escravidão a partir do ponto de vista das vítimas do regime. Para tanto, localiza a ação em meados do século XIX, mais precisamente em 1850, na “Fazenda São Solano”, localizada às margens do Rio Paraíba. A propriedade, “construída nos tempos coloniais”, surge no texto como espaço modelar, típico retrato de inúmeras outras, localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Já no capítulo 1, o leitor percebe que a trama pretende-se ancorada na concretude histórica, até como forma de ressaltar o caráter paradigmático dos dramas nela contidos. Ouçamos o narrador:

Basta que o leitor saiba que quanto formar a narrativa é autêntico, é verídico, pois como se impressos numa chapa fotográfica, se conservam os passados fatos, nitidamente, na retina de quem os descreve, para que se compreenda, em toda a sua extensão, o que foi o cativo no Brasil. (*Getulino*, n. 2, Campinas, 05/08/1923).

O pretendido realismo insere-se na estratégia de construir, pela via da ficção, a memória da condição escrava, além, evidentemente, de apimentar o texto com a roupagem verista que lhe confere estatuto de autenticidade e maior apelo popular. Por um lado, promete-se ao leitor o relato despido das fantasias românticas de caráter paternalista ou das deformações naturalistas fundadas no darwinismo social. Por outro, se oferece os dados nada desprezíveis do testemunho e do *ponto de vista interno*, já que as histórias do cativo chegarão até o leitor por intermédio de um órgão da imprensa negra dirigido por um filho de ex-escravos. Esse é um fato marcante, pois, até então, as narrativas da escravidão surgiam na literatura brasileira quase sempre pela escrita de autores oriundos da classe senhorial. O propósito de representação da “verdade histórica” é enfatizado ainda pelas imagens da “cena” e da “chapa fotográfica”, verdadeiros paratextos presentes, um, no subtítulo do romance, o outro, no enxerto metalingüístico do primeiro capítulo. O objetivo óbvio é reforçar o caráter e o sentido documental que se quer para a ficção. Examinar até que ponto esse realismo se efetiva é um dos desafios da leitura a que me proponho.

Após construir em rápidas pinceladas a psicologia de alguns personagens – o feitor, o proprietário, a sinhá –, o romance dedica o segundo capítulo à descrição do trabalho forçado, que, naquele momento, consistia em tarefas de dez alqueires de colheita para os homens e de seis para as mulheres. Os que não atingissem o total estipulado iam para o castigo. E logo o texto destaca a figura de Maria Cassange – escrava de quarenta anos que “dera à fazenda nada menos que oito ‘crioulos’, como se chamavam os filhos de africanos nascidos no Brasil”. Tendo que cuidar de um dos pequenos, Maria é punida por ter “colhido café em menor quantidade do que o da ‘tamina’” e apanha as “relhadas” do feitor. O contraponto dramático é estabelecido logo no capítulo seguinte, centrado na figura de Pai Pedro, “velho

<sup>5</sup> Para o aprofundamento da questão, ver Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história e As mil faces de um herói canalha*, op. cit.

negro, príncipe de uma das mais antigas estirpes africanas” (*Getulino*, n. 4, Campinas, 19/08/1923) e líder do pequeno quilombo existente nas matas próximas à fazenda.

Está, pois, montado o cenário para o transcorrer das ações. No entanto, o texto escapa a uma possível dicção triunfalista, pela qual o negro herói derrotaria o branco vilão. O que predomina é justamente o oposto. Após ligeira escaramuça, os quilombolas são enganados por D. Aguirre – um espanhol aproveitador cujo nome surge suplementado historicamente pelas narrativas das conquistas hispânicas – que, depois de tentar vendê-los a outro fazendeiro, termina entregando-os de volta ao Coronel. E esse será o desfecho predominante na maioria dos embates travados nos quarenta e oito capítulos do folhetim. Em termos de ação dramática, não há vitória definitiva que se concretize, apenas avanços delimitados e pontuais.

No episódio do fracassado quilombo, desfaz-se por completo a possível imagem de grandeza ou superioridade do velho africano. Preso à escravidão, Pai Pedro pouco tem da antiga fidalguia, não se destacando nem como guerreiro, nem como líder político. Após a captura, ele reaparece acabrunhado, cumprindo suas obrigações em silêncio até que uma doença mortal o retire da narrativa. Assim, a imagem de afro-descendente que o romance quer destacar é precisamente a do sujeito honesto e do trabalhador enquadrado nas normas vigentes, nunca a do revoltado ou do marginal. Diante disso, a violência existente é sempre obra dos brancos e o sangue derramado, o dos escravos ou escravas.

A faceta verista mostra-se ainda na incorporação de detalhes eticamente obscenos ou vazados na clave da brutalidade bestial ou do grotesco. Alguns exemplos: os suplícios físicos são rotina; a esposa do coronel pede ao padre que lhe revele segredos de confessionário dos escravos; os quilombolas recapturados são marcados a ferro quente, como, aliás, era o costume e constava dos ordenamentos jurídicos dos tempos da colônia<sup>6</sup>; já o escravo moribundo recusa a extrema-unção alegando “ser filho de padre”...

Além disso, a narrativa abre espaço para a citação e o enxerto, incorpora dados de cronistas e historiadores, passagens de Castro Alves e Machado de Assis, matérias de jornais do século XIX. Entre elas, destaca-se a longa narrativa do assassinato por afogamento de trinta e seis africanos recém-chegados, devido à cegueira adquirida durante a travessia. E ressalte-se que todas estas “cenas do cativo” são narradas da perspectiva das vítimas. Com isto, o romance escapa do simples descritivismo, levando as ações a virem acompanhadas da necessária reflexão, que as situa historicamente, a fim de por em relevo a desumanidade dos traficantes e dos senhores de escravos. Por outro lado, o dado escabroso, próximo em alguns momentos da estética do choque naturalista, atende às exigências do formato folhetim, com vistas a impactar e capturar a atenção do leitor.

O tom preponderante em *A boa Severina* é, basicamente, fatalista e vincula os afro-brasileiros, escravizados ou não, a um destino via de regra adverso. Tal é o caso da libertação e do enleio amoroso que envolve o casal formado pela mucama Severina e o escravo Laurindo e que é o objeto central destas reflexões. Antigo minerador mal-adaptado à grande plantação, o personagem é ajudado (e, ao mesmo

---

<sup>6</sup> No *Índice cronológico de leis*, volume I (ANTT) dos Arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, consta Alvará datado de 3 de março de 1741, determinando que “todos os negros que forem achados residindo voluntariamente em quilombo sejam marcados num ombro com a letra F; e se na ocasião de os marcarem se verificar já estarem marcados, então se lhes corte uma orelha.” (p. 235 v)

tempo, punido) pelo acaso. Um belo dia, o jovem encontra perdido em meio à horta da fazenda um valioso anel pertencente a D. Margarida, esposa do Coronel e senhora de seu destino mesmo depois da alforria. Ato contínuo, repassa a jóia, em pleno confessionário, ao Padre Marcondes, implorando a este, sob juramento de reposição futura, que a vendesse e com o dinheiro comprasse a sua liberdade. E assim se faz. Como em todo folhetim, o império da ação se efetiva quase sempre em detrimento da análise psicológica e de uma reflexão mais profunda sobre os seus propósitos ou motivações. Sem pestanejar, o padre cumpre o prometido. Livre da escravidão, o herói parte para o Rio de Janeiro, onde se estabelece como alfaiate. Passam-se os anos e Laurindo não consegue esquecer Severina, a mucama de etnia Mina, cujos traços “se confundem com os dos mais belos tipos provindos da raça árabe” (*Getulino*, n. 6, Campinas, 02/09/1923), nem o compromisso de ressarcimento do anel. Ou seja, passam-se os anos e o ex-escravo permanece com o coração e a consciência presos ao cativo.

Seguindo a tradição folhetinesca, sucedem-se as mudanças bruscas do destino. Após economizar considerável quantia, Laurindo dá provas de sua honestidade ao cumprir a promessa que o libertou: retorna às margens do Paraíba, e não apenas para devolver a jóia, colocando na antiga armação uma pedra quase idêntica e tão preciosa quanto a que lhe propiciara a alforria. Traz ainda recursos suficientes para a libertação da amada, e o que encontra é a família dos senhores em plena decadência, após a morte do coronel. A fazenda com outros donos e os antigos herdeiros sumidos no mundo. Devolvido o anel e libertada a mucama, faz-se o casamento. Vivendo agora “na mais negra penúria”, D. Margarida recebe a visita dos noivos, que *convidam a antiga sinhá a vir para a Corte morar com eles...* E assim se faz. O texto busca ressaltar justamente a “elevação de caráter” (segundo os padrões ocidentais) dos afro-descendentes: seres que não cultivam o rancor e que sabem perdoar. Apesar dos maus-tratos sofridos por ordem de sua antiga senhora, Severina dela se compadece e se dispõe a recebê-la em sua casa. Como se vê, os valores judaico-cristãos falam mais alto e o texto quer fazer crer que são estes os parâmetros para a boa consciência dos remanescentes de escravos, no contexto de sua integração à sociedade pós-abolição.

Partem os noivos para a Corte, mas já nos primeiros dias da lua de mel, a felicidade de ambos é turvada a partir do momento em que Laurindo revela o estratagema que os libertou. A antiga escrava não se conforma em estar livre “devido a um simples acaso” (*Getulino*, n. 40, Campinas, 01/05/1924). Exibindo claramente a introjeção dos valores dominantes, Severina não admite conviver com a “desonestidade” implícita à operação que viabilizou sua alforria... Entrementes, morre o padre Marcondes e a velha senhora, agora pobre e abandonada pelos filhos, passa a residir com o casal até também falecer meses depois, deixando para eles o anel da discórdia.

Laurindo passa então a ser o único alvo da indignação da esposa, que se sente culpada por ter adquirido a liberdade de forma “ilícita”. E após julgar ter tido uma “visão” do fantasma de D. Margarida, Severina repudia o esposo e se deixa dominar pela idéia de *voltar a ser escrava...* Um belo dia foge, sem deixar vestígios, e se entrega a um comerciante sem escrúpulos, que rapidamente a negocia junto com um grupo que parte para o interior. Lá chegando, envolve-se no trabalho braçal e o narrador declara que “nesse antro, nesse presídio, o espírito de Severina encontra-se mais satisfeito do que nas ruas movimentadas da Corte” (*Getulino*, n. 52, Campinas, 14/09/1924). Deprimido e frustrado, após vasculhar a cidade em

busca da esposa, Laurindo, agora cognominado “o velho africano” (*Getulino*, n. 53, Campinas, 21/09/1924), morre deixando todos os bens para ela. No entanto, esta também já havia sucumbido, vítima de uma picada de cobra... E, ao final, os bens acumulados com o trabalho do ex-escravo são surrupiados pelo desonesto testamenteiro, que viaja para a Europa a fim de melhor desfrutar da herança roubada.

Somente a vinculação autoral a um moralismo rígido de feição judaico-cristã pode explicar o comportamento da personagem. De fato, a boa Severina é aquela que prefere a escravidão e a morte à menor sombra de dúvida quanto a sua honestidade. Assim, o texto de José de Nazareth (ou Lino Guedes) exhibe a contradição entre a denúncia do sadismo e da barbárie, implícitos à transformação de seres humanos em “peças” de uma colossal força de trabalho não-remunerado e a passividade alienada que, mesmo conhecendo o sofrimento inerente à condição escrava, prefere o cativeiro à liberdade e à felicidade conjugal. A culpa que move o gesto de Severina é própria à consciência submissa que, ao fim e ao cabo, termina por legitimar a escravidão. Seu sacrifício faz dela vítima não apenas de um regime de trabalho, mas, sobretudo, do aparato ideológico que o sustentou durante séculos.

É por esta via que sobressai a sublimação da personagem: através do sofrimento auto-imposto. Ao contrário da Bertoleza, de Aluísio Azevedo, – que se mata para não voltar ao cativeiro –, Severina abdica da vida e do prazer unicamente para se livrar da sombra do “pecado” cometido pelo esposo... Ao contrapor a pureza de caráter da escrava e, mesmo, a fidelidade e honradez de Laurindo – que se esforça anos e anos movido pelo compromisso – à esperteza desonesta do testamenteiro, o texto quer ressaltar a elevação moral dos remanescentes de escravos numa sociedade hipócrita que os discrimina e inferioriza. Mas não terá exagerado na dose?

A atitude da antiga mucama pode, entretanto, até fundar-se em algum exemplo da vida real. Com certeza, a crônica dos eventos pós-abolição registra a ocorrência de ex-escravos que optaram por continuar com seus antigos senhores em lugar de ir tentar uma vida “sem eira nem beira” nos morros ou cercanias das cidades e esta é, sem dúvida, uma das facetas mais perversas do processo abolicionista. Concedeu-se uma aparência de liberdade que mal ocultava a nova escravidão econômica, social e racial. Todavia, a personagem de José de Nazareth (ou Lino Guedes) vai além, pois se entrega a um novo cativeiro junto a senhores desconhecidos e companheiros de infortúnio totalmente alheios ao seu círculo de amizades. As motivações de Severina não se ancoram em fatores afetivos ou materiais. O que a personagem demonstra é uma culpa absolutamente inverossímil que, ao fim e ao cabo, compromete em definitivo qualquer possibilidade de realismo. Ao contrário, o que se tem é a idealização extremada de uma humanidade submissa até nos espaços mais recônditos da consciência, espécie de escravidão mental que inferioriza e aprisiona o ser humano.

Deste modo, o que *A boa Severina* tem de mérito – a *perspectiva interna*, pela qual a parcela submetida da sociedade ganha vez e voz para expor seus sofrimentos e denunciar os responsáveis por tão desumana exploração – fica comprometido justamente por um pensamento afro-descendente que se curva aos valores das elites brancas. Se, de um lado, o texto cresce nos momentos em que expõe de forma crítica a verdadeira barbárie consumada pela escravidão; de outro, ele se apequena ao demonstrar o quanto os jovens intelectuais negros, empenhados

na formação de uma consciência de cidadania em plena década de 1920, estavam em verdade na incômoda posição de caixa de ressonância do discurso hegemônico e do que Clóvis Moura (1988) denomina “pensamento social subordinado”.

Em seu estudo sobre a imprensa negra no Estado de São Paulo, Roger Bastide (1973), partindo da compreensão do jornal como veículo para a expressão de “aspirações e sentimentos coletivos”, que permitiriam até “discernir a mentalidade de uma raça” (1973, p. 129), analisa diversos órgãos desta imprensa para neles destacar o fenômeno do “puritanismo preto” e seu “elemento essencial”, o “culto das conveniências”:

Faz-se entre os brancos uma imagem estandardizada do negro, como preguiçoso, ladrão, bêbado e debochado; em grande parte, a recusa do branco em aceitar empregados de cor está ligada à força dessa representação. É preciso, pois, destruí-la criando outra imagem, suscitando, por conseguinte, um outro tipo de negro que será valorizado moralmente. (BASTIDE, 1973, p. 150-151).

Valorizado, pode-se dizer, justamente por um discurso marcado em diversos níveis pelo racismo mal disfarçado, que, inclusive, propugnava abertamente o “branqueamento” do país a partir do incremento do fluxo migratório. Disseminado socialmente desde o século anterior, esse discurso dá origem a um conjunto de crenças e estereótipos que colocam o negro num patamar de visível inferioridade frente à mão de obra branca e, mais ainda, se européia. Ao lado disso, no campo das condições sociais de existência, a baixa (ou nenhuma) escolaridade, o parco poder aquisitivo e a crescente indigência material cada vez mais confinam os remanescentes de escravos naquele “exército de reserva” profissional, no qual impera a mão-de-obra pouco qualificada, e numa espécie de limbo social do qual as elites querem distância e empurram para a “sub-urbe” dos morros e periferias distantes.

Nesse contexto, o “puritanismo preto”, traduzido em culto exagerado das convenções sociais, atuaria junto aos estratos subalternizados em função da cor como consciência subordinada, ou seja, como contra-face ou ponta de lança oculta do discurso discriminatório. No fundo, esse puritanismo revela a assunção pelos próprios afro-descendentes do discurso que os rebaixa. A valorização do “bom comportamento” e das aparências, a começar pela tão exigida “boa aparência” corporal, que leva ao alisamento dos cabelos, seria a resposta possível e a atitude social permitida em termos de afirmação identitária. A partir desse quadro, pode-se compreender o empenho dos que fazem o “Folhetim do *Getulino*” em “branquear” as consciências e procedimentos dos personagens escravos, entendendo-se o verbo no sentido de assunção do pensamento e dos comportamentos prescritos pela moralidade hegemônica vigente no país recém-saído da escravidão. A título de ilustração, veja-se trecho de um editorial de *O Alfinete*, publicado em 1918:



Quem são os culpados dessa negra mancha que macula eternamente a nossa frente? Nós, unicamente nós que vivemos na mais vergonhosa ignorância, no mais profundo absecamento (*sic*) moral, que não compreendemos finalmente a angustiosa situação em que vivemos. Cultivemos, extirpemos o nosso analfabetismo e veremos se poderemos ou não imitar os norte-americanos. (*O Alfinete*, n. 2, 03/09/1918, *Apud* MOURA, 1988).

Assim, a idealização de uma negritude conformada aos padrões brancos, destacando a honestidade, o apego ao trabalho, a pureza d'alma, a fidelidade, a família, a maternidade e demais valores caros à pequena burguesia urbana, substitui no romance o tema das revoltas negras consignadas na história ou mesmo as alusões ao passado ancestral, com seus saberes e cultos. O puritanismo oriundo das crenças de um proletariado negro que almeja ascensão e reconhecimento social e, para tanto, reproduz os valores dominantes, termina comprometendo o realismo da reconstrução histórica. Apesar disso, *A boa Severina* traz à luz um momento importante na tomada de consciência da cidadania afro-brasileira em seu processo de transformação. Se o narrador negro tem sua fala marcada pelos estereótipos então vigentes – e isto fica explícito até no emprego do adjetivo “negro” com significação pejorativa – tal fato revela os percalços e as vicissitudes do processo de afirmação identitária. Mas, por outro lado, o gesto de assumir a narrativa da história da raça revela o empenho em fazer-se presente na cidade letrada para tocar como sujeito na memória de um passado que aprisionou não apenas os corpos mas também as mentes e os corações.

## Referências

- BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: perspectiva, 1973.
- BERND, Zilá. *Poesia negra brasileira: antologia*. Porto Alegre: AGE, IEL, IGEL, 1992.
- CAMARGO, Oswaldo de (Org.). *A razão da chama: antologia de poetas negros brasileiros*. São Paulo: GRD, 1986.
- CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- GETULINO, Órgão de Defesa dos Interesses dos Homens Pretos. Números 03 a 64. Campinas, 12/08/1923 a 20/12/1924.
- GUEDES, Lino. (Pseud. José de Nazareth). *A boa Severina: cenas do cativeiro*. In: *Getulino*, n. 03, de 12/08/1923 a n. 54, de 28/09/1924.
- GUEDES, Lino. O “Getulino” e sua influência em nosso meio social. *Getulino*, n. 64, 20 dez. 1924, p. 1.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 1969.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo: companhia das Letras, 1996.
- MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói canalha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo de. *Quem é quem na negritude brasileira*. Brasília: secretaria Nacional de Direitos Humanos; Congresso Nacional Afro-brasileiro, 1998.

---

\* Eduardo de Assis Duarte é Doutor em Letras pela USP e integrante do Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos Literários, da UFMG e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, desta Instituição. Autor de *Literatura, política, identidades* (UFMG, 2005) e de *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*, (2. ed., Record, 1996). Organizou, entre outros, *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo*. (2. ed. Pallas/Crisálida, 2007), a coleção *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (UFMG, 2011, 4 vol.) e os volumes didáticos *Literatura afro-brasileira, 100 autores do século XVIII ao XXI* (Pallas, 2014) e *Literatura afro-brasileira, abordagens na sala de aula* (Pallas, 2014). Coordena o Grupo Interinstitucional de Pesquisa “Afrodescendências na Literatura Brasileira” e o Portal **literafro**, disponível no endereço [www.lettras.ufmg.br/literafro](http://www.lettras.ufmg.br/literafro).